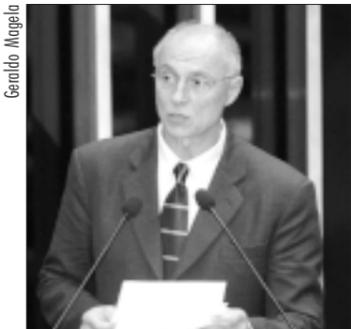


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.668 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2003



Eduardo Suplicy vai convidar embaixador alemão para audiência na Comissão de Relações Exteriores

Guerra será debatida com embaixadores inglês e americano

PÁGINA 2

Subcomissão deve apresentar em 60 dias propostas contra a violência

PÁGINA 7

Palocci diz que reforma não aumentará carga tributária

A proposta de reforma tributária a ser enviada ao Congresso “não aumentará a carga tributária” e se concentrará em cinco pontos. Segundo afirmou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, as mudanças referem-se à transformação do ICMS em IVA (Imposto sobre Valor Agregado); maior progressividade para o Imposto de Renda; redução gradativa da CPMF; substituição gradual da contribuição previdenciária sobre a folha de salários das empresas pelo faturamento; e redução da cumulatividade tributária.



Antonio Palocci (ao lado de José Sarney) debateu ontem no Plenário, com a presença de 75 senadores, o projeto de reforma tributária a ser apresentado pelo governo nas próximas semanas

PÁGINAS 4 A 6



Um prêmio para a luta de cinco mulheres

Raimunda Gomes da Silva, Nazaré Gadelha, Emilia Fernandes, Nair Gomes de Castro e Sueli Carneiro receberam ontem, em sessão especial do Senado, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2003. A quebradora de coco babaçu, a advogada, a ministra, a empregada doméstica e a ativista foram escolhidas por um conselho especial formado por nove senadores. O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a participação plena da mulher em todas as áreas da sociedade.

A ministra e ex-senadora Emilia Fernandes recebe flores da senadora Roseana Sarney

PÁGINA 3

Conselho de Ética decide ouvir jornalistas sobre escuta ilegal

PÁGINA 8

Comissão vai ouvir embaixadores britânico e americano sobre guerra

Roger Bone e Donna Hrinak comparecem na quarta-feira à CRE, que analisa no dia anterior indicação de Itamar Franco para chefiar a embaixada brasileira na Itália

Em reunião extraordinária marcada para a próxima quarta-feira, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe em audiência pública os embaixadores do Reino Unido, Roger Bone, e dos Estados Unidos, Donna Hrinak, que falarão sobre a guerra no Iraque.

A CRE ouviu, no dia seguinte ao da deflagração do conflito, o embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, que recebeu a solidariedade de grande número de senadores, unânimes em condenar a guerra sem a aprovação do Con-

selho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), atendendo a pedido do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), comprometeu-se a convidar para comparecer ao colegiado em data próxima o embaixador da Alemanha no Brasil, Uwe Kaestner. Segundo Crivella, a Alemanha deve se tornar o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Esta-



Fotos: José Cruz

Suplicy vai convidar representante alemão a comparecer ao colegiado

dos Unidos, e superando a Argentina.

A comissão agendou para ter-

ça-feira, às 17h, o exame da indicação do ex-presidente e ex-governador Itamar Franco para ocupar o cargo de embaixador do Brasil na Itália. A mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Suplicy informou que serão analisadas ainda as indicações do ex-deputado federal Tilden Santiago para chefiar a missão diplomática do Brasil em Cuba e da diplomata Celina Maria Assunção Vale Pereira para embaixadora do Brasil na Suíça.

Indicações de diplomatas seguem para o Plenário

Por unanimidade, os 16 senadores presentes à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovaram ontem pareceres favoráveis às indicações dos diplomatas Stelio Marcos Amarante, Gilda Maria Ramos Guimarães e Antonio Augusto Dayrell de Lima para chefiar as representações do país na Irlanda, em Trinidad e Tobago e junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). As mensagens presidenciais seguem para o Plenário.

Depois de prestarem informações sobre os países para os quais foram indicados, os diplomatas, atendendo a pedido de Suplicy, manifestaram-se acerca do conflito no Oriente Médio e apoiaram a posição do governo brasileiro de condenar a guerra promovida pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha contra o Iraque.

Stelio Amarante afirmou que a guerra é ilegal, destacando que o governo brasileiro se esforçou para evitar o conflito.

Senado promove encontro de mulheres parlamentares

Com a aprovação, ontem, de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu promover, conjuntamente com a CRE da Câmara dos Deputados, o 1º Encontro das Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa, que será realizado de 26 a 30 de maio, no Senado.

Presidente da CRE, Suplicy indicou as senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE), Heloísa Helena (PT-AL), Fátima Cleide (PT-RO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Roseana Sarney (PFL-MA) para representarem a comissão no encontro. Relatora do requerimento, Patrícia Saboya considerou o apoio da CRE "de fundamental importância" para o evento, que,



Fátima Cleide será uma das representantes da comissão no evento

na sua opinião, pode ser um fórum privilegiado para o intercâmbio de idéias e experiências das parlamentares de países de língua portuguesa.

Eduardo Suplicy destaca no requerimento que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é composta por oito nações (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) que, juntas, possuem 220 milhões de habitantes. Atualmente, a CPLP é presidida por brasileiro. Segundo o senador, a entidade elabora acordos para promover a igualdade entre seus membros, e uma das ações da entidade é a de ampliar a participação feminina nas esferas de poder.

CARREIRO É PARANINFO NA UNB

O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, foi o paraninfo da turma de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) que colou grau na noite de ontem, em solenidade realizada no Centro Comunitário Athos Bulcão, no Campus Universitário Darcy Ribeiro.



Raimundo Carreiro



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2003

PLENÁRIO
9h – Sessão não deliberativa
PREVISÃO
Segunda-feira 14h30 – Sessão não deliberativa
Terça-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: MP 79/02 (ressarcimento de custos de formação de atleta não profissional e a exploração comercial da imagem do atleta profissional, vedações ao exercício de cargo ou função em entidade de administração de desporto profissional, normas de segurança nos estádios, tratamento diferenciado do desporto profissional); MP 80/02 (artigo 5º da Lei 8.427/92); discussão em turno único, em regime de urgência, o PLS 66/03 (tramitando em conjunto com o PLC 92/01), altera artigos do Código Penal; terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01; segunda sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC 1/01 (gastos com a publicidade governamental); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidões); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99 (incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados); entre outros.
Quarta-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: terceira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC 1/01; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 22/99; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 40/99, revoga o inciso VII do artigo 20 da Constituição e o parágrafo 3º do artigo 49 do Ato das Disposições Constitucionais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 44/99 (voto facultativo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 31/99 (voto facultativo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 55/99; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 7/02 (participação de estrangeiro em eleições); entre outros.
Quinta-feira 14h30 – Comparecimento do ministro Marcio Thomaz Bastos, da Justiça
Sexta-feira 14h30 – Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Terça-feira 11h – Comissão de Educação Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15
15h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: audiência pública com a presença do presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

HOMENAGEM À MULHER

Senado entrega Diploma Bertha Lutz de 2003

O Senado entregou ontem, em sessão especial, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2003. Cinco mulheres foram escolhidas por um conselho especial, formado por nove senadores dos diversos partidos, para receber a condecoração. São elas: Raimunda Gomes da Silva, Nazaré Gadelha, Emília Fernandes, Nair Gomes de Castro e Sueli Carneiro. Esta é a segunda edição do prêmio – a primeira foi no ano passado.

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu, durante a sessão, a participação plena da mulher em todas as áreas da sociedade brasileira, “não só em sua liderança familiar, mas também em todos os campos profissionais, inclu-



Sessão especial de entrega do prêmio teve a presença de parlamentares e representantes de entidades comunitárias

sive na política”.

Essa igualdade, na opinião do senador, não se conquista somente

por sua inscrição na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta das Nações Unidas e na Cons-

Fotos: José Cruz

tituição brasileira. “Passa também por um esforço continuado de superação das profundas desigualdades sociais que infelizmente ainda acompanham a vida da mulher brasileira”, ressaltou.

Sarney disse que, ao instalar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 10 de setembro de 1985, respondeu ao anseio de pessoas engajadas na luta pela igualdade da mulher, como Bertha Lutz. Lembrou as condições difíceis enfrentadas por essa “batalhadora incansável” para ter acesso pleno à educação e ao voto. Ela esteve à frente da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e obteve vitórias significativas, segundo Sarney, especialmente na sua atividade parlamentar,

quando conseguiu que o direito ao voto feminino fosse expresso no Código Eleitoral de 1932.

O senador saudou as cinco homenageadas na sessão especial, destacando suas atuações na luta pela igualdade da mulher. Associou o nome de uma delas, a ministra Emília Fernandes, titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ex-senadora, ao de Bertha Lutz. “A educadora de Santana do Livramento sempre foi uma defensora dos direitos das mulheres no Rio Grande do Sul e aqui no Senado Federal”, destacou Sarney, lembrando que partiu de Emília a iniciativa da resolução do Senado que criou o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em 2001.

Iris diz que aprendeu com Emília

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) entregou o diploma à ministra Emília Fernandes, secretária especial de Políticas para as Mulheres. Durante a homenagem, Emília também recebeu flores da senadora Roseana Sarney (PFL-MA).

Iris lembrou o quanto aprendeu com a atual ministra, quando Emília exercia o mandato de senadora. Ela saudou todas as mulheres, das mais simples até as ministras, que cumprem dupla jornada, na sociedade e em casa. “Somos iguais no papel que cumprimos”, afirmou Iris.



Nair, líder das domésticas, ao lado de Papaléo Paes

Papaléo: mulher é mais eficiente

O senador Papaléo Paes (PTB-AP) disse que, em sua experiência profissional, pôde constatar que, quando homens e mulheres possuem o mesmo grau de competência, elas são “bem mais eficientes”. Papaléo, um dos quatro homens integrantes do conselho do Prêmio Bertha Lutz, entregou o diploma a Nair Jane de Castro Lima.

Nair começou a trabalhar aos nove anos e ingressou na luta da sua categoria em 1970. Três anos depois, venceu a eleição da Associação Profissional das Empregadas Domésticas, organizando em 1974 o congresso nacional da categoria.

Nazaré é exemplo, afirma Patrícia

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) entregou o diploma a Nazaré Gadelha, advogada que se destaca pela defesa dos direitos humanos no Acre. Na opinião da senadora, a história da agraciada “é um exemplo para todas as mulheres brasileiras”.

Nazaré Gadelha trabalhou como seringueira quando criança, foi migrante, vendeu bananas e entregou roupas lavadas pela mãe. cursou História e depois Direito, formando-se em 1997. “O trabalho de Nazaré Gadelha já conquistou admiração e respeito no Brasil e no exterior”, disse Patrícia.



Patrícia com Nazaré: luta pelos direitos humanos



Lúcia Vânia entrega prêmio a representante de Sueli Carneiro

Lúcia Vânia elogia ação de Sueli

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) entregou o diploma da ativista Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Sueli está em uma conferência internacional sobre direitos humanos e por isso foi representada por Maria Aparecida da Silva, a Cidinha, também atuante nessa área.

Lúcia Vânia lembrou que as mulheres costumavam ser apresentadas por homens, mas isso vem mudando graças a iniciativas como o trabalho de Sueli Carneiro e o Prêmio Bertha Lutz.

Prêmio leva o nome de pioneira

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MS), tem como vice-presidente o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e como membros Patrícia Saboya (PPS-CE), Augusto Botelho (PDT-RR), Iris de Araújo (PMDB-GO), Roseana Sarney (PFL-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Papaléo Paes (PTB-AP) e Magno Malta (PL-ES).

O prêmio leva o nome da paulistana Bertha Lutz, nascida em 1894 e formada em Biologia pela Sorbonne (França), em 1918. Ao retornar ao país, ela liderou o movimento pelo voto feminino. Em 1932 viu seu esforço coroado com a aprovação do Código Eleitoral, garantindo voto às mulheres brasileiras. Morreu no Rio de Janeiro, em 1976.



Serys salienta importância do Diploma Mulher-Cidadã

Serys quer justiça e solidariedade

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que preside o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ressaltou a importância do prêmio para agradecer as defensoras dos direitos femininos. Ela homenageou também as vítimas do crime organizado, inclusive a esposa do juiz assassinado recentemente no interior paulista, e exortou as mulheres a lutar por uma sociedade mais justa e solidária.

A luta contra a discriminação da mulher, segundo Serys, tem que ser levada a todas as áreas, mudando desde as relações dentro das famílias até as políticas públicas.

Augusto aponta vocação da líder rural Raimunda

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) destacou a vocação de líder da quebradora de coco babaçu Raimunda Gomes da Silva, uma das premiadas com o Diploma Mulher-Cidadã.

Filha de lavradores, ela iniciou sua atividade em Santa Luzia, no Maranhão. Vive atualmente no Tocantins e ocupa a diretoria da Secretaria da Mulher Rural Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros. Botelho, que faz parte do conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, fez questão de ir buscar a homenageada no Plenário, acompanhando-a até à mesa.



Raimunda foi homenageada por Augusto Botelho

DEBATE NO SENADO

Palocci: reforma não aumenta carga tributária

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, garantiu ontem, para 75 senadores presentes no Plenário, que a reforma a ser proposta “nas próximas semanas” pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva “não aumentará a carga tributária do país” e se concentrará em cinco pontos. O objetivo das mudanças será promover justiça tributária e elevar a eficiência da economia, estimulando a produção e desonerando as exportações, disse ele.

Palocci observou, em sua exposição inicial, que a carga tributária nos últimos anos aumentou em dez pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB), o que vem desestimulando investimentos em importantes setores



Palocci, ao lado de José Sarney: objetivo é promover justiça tributária, elevar eficiência da economia, estimular produção e desonerar exportações

econômicos. O ministro sustentou que o ajuste fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso “foi feito com aumento de impostos e, por isso, a carga tributária che-

gou a 34,36% do PIB em 2001”.

As cinco mudanças tributárias que o governo apresentará ao Congresso envolvem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS), o Imposto de Renda, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o sistema de cobrança previdenciária das empresas e a cumulatividade das contribuições pagas pelo setor produtivo.

Depois de lembrar que só 6,5% da população economicamente ativa pagam Imposto de Renda, o ministro da Fazenda apontou o caminho para beneficiar os outros 93,5%: reduzir os impostos indiretos, especialmente aqueles que incidem sobre a cesta básica de alimentos. Afirmou ainda que, no final, não poderá haver aumento ou redução das atuais parcelas de impostos distribuídos entre União, estados e municípios.

— Não é hora de se mexer nessa distribuição. O presidente Lula tomou a decisão de que a reforma tributária será para a economia do país, para a produção, para as exportações e para as pessoas. Acha-mos que se pode reduzir os impostos no país ao longo do tempo, mas não neste momento de dificuldades econômicas — assinalou.

Palocci declarou que o governo Lula pretende fazer as mudanças tributárias básicas por meio de emenda constitucional, deixando o detalhamento para leis complementares. Para alterar a Constituição, são necessários três quintos dos votos da Câmara e do Senado. Projeto de lei complementar exige metade dos votos mais um.

Bezerra quer redução dos desequilíbrios regionais

Durante o debate com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) afirmou que o Brasil precisa estabelecer condições para que sejam reduzidos os desequilíbrios econômicos regionais. Ele indagou ao ministro como a reforma tributária que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está finalizando pretende alcançar esse objetivo.



Fernando Bezerra

com a necessidade de um mecanismo que possibilite o desenvolvimento das regiões mais atrasadas, sobretudo pela intenção do governo de uniformizar os impostos cobrados pelos estados. Hoje, para atrair invest-

timentos, alguns governos estaduais reduzem a taxa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e oferecem outros incentivos às empresas. Para o ministro, é preciso substituir a “guerra fiscal” por

uma política de transferência de fundos e planos de desenvolvimento regional.

Fernando Bezerra também expressou sua opinião sobre a polêmica proposta de transferir a arrecadação do ICMS, que deverá ser transformado em Imposto sobre Valor Agregado (IVA), do estado de origem para o de destino. O senador considera que a cobrança deverá se dar no estado de destino, mas também defendeu a necessidade de ser criada uma forma de compensar os estados que perderiam arrecadação com a mudança.

Jefferson Péres propõe imposto único com alíquota de 1,92%

Ao interpellar o ministro da Fazenda, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) propôs um imposto único, transformando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em tributo permanente. O imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) seria cobrado em alíquota única de 1,92%, tanto para créditos quanto para débitos, substituindo a quase totalidade dos impostos cobrados.

Em resposta ao senador, Palocci disse que, para substituir a maioria



Jefferson Péres

dos impostos, a alíquota precisaria ser de 7%, e até de 10%, se fosse incluída a desoneração das exportações.

O ministro citou a Argentina, que adotou sem sucesso a alíquota de 1,2% sobre movimentação financeira.

Para Jefferson Péres, a experiência não é válida porque ocorreu há dez anos, em um país com sistema financeiro frágil e forte dolarização. Os dois concordaram em realizar um encontro com senadores e integrantes do governo para debater a proposta.

Os cinco pontos da mudança a ser proposta

1) ICMS – A ideia, já aceita pelos governadores na reunião de Brasília com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro, é transformá-lo no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com alíquotas uniformes (é cobrado pelos estados e gera uma receita anual de R\$ 103 bilhões). Isso acabaria com a chamada “guerra fiscal” entre os estados. Hoje, existem 27 leis sobre o ICMS. “Será cobrado na origem ou no destino? Esta é a discussão”, afirmou Palocci. Atualmente, existem 44 alíquotas de ICMS em todo o país.

2) Imposto de Renda – Representa uma das maiores arrecadações do país (dividido entre União, estados e municípios), chegando a R\$ 85,8 bilhões. A intenção é tornar o imposto mais progressivo, ou seja, com alíquotas mais elevadas para altas rendas e lucros. O ministro admite que sejam adotadas novas faixas de renda e de alíquotas. Hoje, só 6,5% da população economicamente ativa pagam Imposto de Renda.

3) CPMF – O ministro disse que o governo não tem condições de perder sua arrecadação abruptamente, hoje em R\$ 20 bilhões ao ano. Ele propõe que a contribuição seja reduzida gradativamente dos atuais 0,38% e concorda com os crí-

ticos dessa contribuição sobre seu peso cumulativo na produção econômica. Palocci não apóia a ideia de substituí-la por outra contribuição, como chegaram a sugerir alguns empresários.

4) Contribuição previdenciária – A ideia é substituir, “talvez de forma gradual”, a sua cobrança sobre a folha de salários das empresas (22%) para o faturamento “ou até mesmo um misto disso”. O ministro apresentou algumas simulações indicando que, num sistema misto, a cobrança de previdência sobre a folha salarial ficaria em 11,8% e sobre a receita bruta em 1,15% (base de cálculo da Contribuição Financeira para a Seguridade Social – Cofins). Ele acredita que essa mudança incentivará a contratação de empregados.

5) Redução da cumulatividade tributária – Neste caso, ainda estão sendo realizados estudos no governo, tendo por base o fim da cumulatividade aprovado pelo Congresso na cobrança do PIS, no ano passado. “O caso do PIS será o nosso teste”, destacou Palocci. A redução de cumulatividade incluiria a Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) e a contribuição previdenciária quando a produção se destinar ao mercado externo.

Jereissati: é preciso definir antes atribuições dos entes federativos

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse, durante audiência pública com o ministro Antonio Palocci, que é impossível fazer uma reforma tributária em profundidade sem que antes sejam discutidas as atribuições da União,

dos estados e dos municípios. Jereissati salientou que a questão tributária envolve interesses conflitantes, o que deve trazer dificuldades insuperáveis para a discussão da proposta no Congresso.

— A reforma apresentada pelo ministro é muito mais um ajuste tri-



Tasso Jereissati

butário. É uma tendência que os governos centrais busquem fazer apenas ajustes, porque nenhum ente da Federação quer perder recursos. Precisamos definir se queremos um país centralizado, estados com

mais autonomia, ou dotar os municípios de mais responsabilidade — observou.

Tasso Jereissati criticou a proposta apresentada pelo ministro de limitar a possibilidade de os estados concederem benefícios fiscais para atrair empresas.

Mercadante defende simplificação tributária

Ao comentar exposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) elogiou a "coragem e determinação" da gestão petista na condução das reformas previdenciária e tributária e enfatizou a necessidade de simplificar a estrutura fiscal, reduzindo-se a cumulatividade e racionalizando-se a cobrança de impostos, de forma a desonerar o setor produtivo, incentivar exportações, aumentar o emprego formal e reduzir a dependência do capital externo.

Para ele, o Brasil precisa aproveitar a oportunidade e dar um "passo sério e viável" para aperfeiçoar sua estrutura tributária, não só para ampliar a arrecadação, mas para promover justiça social. Embora contrário à criação de um imposto único, o sena-



Aloizio Mercadante

dor defendeu a simplificação e substituição do atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelo Imposto de Valor Agregado (IVA), unificando os "complexos" 27 códigos tributários estaduais e pondo fim à chamada "guerra fiscal" entre os estados. O IVA teria cinco alíquotas e não acarretaria perda de autonomia reguladora e arrecadatória dos estados, explicou.

Outros pontos defendidos pelo líder do governo foram a redução da contribuição previdenciária de 20% para 10%, o deslocamento da taxa sobre a folha de pagamento das empresas e o fim da cumulatividade e a redução da alíquota da Cofins, para desonerar o faturamento, aumentar as exportações e reduzir a dependência do crédito externo.

Tourinho sugere continuação do debate travado no Congresso

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu ao ministro Antonio Palocci que o debate sobre a futura reforma tributária se inicie a partir do ponto em que parou o último grande debate sobre o assunto envolvendo o Congresso Nacional, o governo federal e os governos estaduais. De acordo com o senador baiano, o próprio



Rodolpho Tourinho

Antonio Palocci participou dos debates como deputado federal e houve grandes avanços, embora um dos pontos que impediam um acordo fosse a manutenção da CPMF. Segundo Tourinho, houve, por exemplo, consenso em relação à legislação única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Augusto Botelho pede maiores deduções com educação

Considerando alto demais o impacto do Imposto de Renda (IR) sobre a situação econômica das famílias, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) perguntou ao ministro Antonio Palocci se seria possível aumentar os descontos relativos à educação e reduzir à metade a incidência do IR sobre a renda dos dois cônjuges, quando a mulher somente trabalha no lar (segundo ele, tese



Augusto Botelho

já aceita pela Suprema Corte dos Estados Unidos).

Ao responder, Palocci prometeu elaborar estudo sobre o impacto dessas duas mudanças na cobrança do IR e enviá-lo ao senador. Ele afirmou que essas modificações não ofendem a essência da cobrança do imposto e concordou com a tese de que seria desejável tornar essa cobrança mais justa e humana.

DEBATE NO SENADO

César Borges teme crescimento muito limitado em 2003

O senador César Borges (PFL-BA) pediu uma previsão sobre o crescimento econômico que o governo estima para o Brasil este ano, destacando que recentes medidas tomadas pelo governo – aumentos da taxa de juros, do superávit primário e do depósito compulsório dos bancos – deverão levar o Brasil, se não a uma recessão, pelo menos a crescimento bastante limitado.

Segundo Palocci, o governo inicialmente trabalhava com um crescimento da economia na faixa de 2,8%, mas esse percentual deverá ser revisto. O ministro antecipou que o novo número deverá girar entre 1,8%, previsto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e os 2,8% iniciais do governo. A informação deverá constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



César Borges

Paulo Octávio propõe adoção de imposto único

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) perguntou a posição da equipe econômica sobre proposta de emenda à Constituição (PEC) que apresentou, ao lado do senador Jefferson Péres (PDT-AM), instituindo o Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF), uma alíquota de 1,92% cobrada no débito e no crédito de todos os lançamentos bancários, eliminando-se todos os outros tributos.

O ministro Antonio Palocci respondeu que uma alíquota de 1,7% de IMF possibilitaria arrecadação de aproximadamente R\$ 96 bilhões, insuficiente para substituir a arrecadação representada apenas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), hoje cerca de R\$ 102 bilhões.



Paulo Octávio

Cumulatividade é alvo da reforma tributária

A maioria dos senadores demonstrou preocupação com o chamado efeito cascata de alguns dos tributos brasileiros, como o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que incidem sobre as diversas fases da produção de um bem. Cumulatividade ou

bitributação é a ocorrência do mesmo tributo em todas as operações da cadeia produtiva, desde a matéria-prima até o produto final. Isso eleva o valor da mercadoria para os consumidores. Uma das principais reivindicações foi o fim desse ônus tributário. Assim, cada empresa pagaria o imposto equivalente apenas à sua parte na produção de uma mercadoria.



Saturnino acha indispensáveis alíquotas progressivas de IR

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse ontem que a reforma tributária não poderá dispensar o Imposto de Renda (IR) como instrumento para resolver o que considera o problema mais importante do país: as desigualdades sociais. Ele elogiou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pela sabedoria e prudência com que está conduzindo o processo da reforma e pela decisão de se concentrar em dois objetivos: aliviar o custo dos produtos e melhorar a qualidade dos impostos.

Segundo Saturnino, a solução das desigualdades sociais vai exigir a manutenção, "por um bom tempo", de uma carga tributária



Roberto Saturnino

elevada e a criação de alíquotas mais progressivas para o IR. Ele defendeu o empenho nacional para resolver essas desigualdades nos próximos 20 anos, caso contrário "o Brasil terá índices de criminalidade impensáveis, se comparados aos índices atuais".

O ministro explicou que, antes de iniciar uma reforma tributária, é preciso decidir a qualidade, a justiça e a utilidade para o crescimento da economia que os impostos terão. "Não devemos discutir o tamanho da carga tributária", salientou. Palocci adiantou que o governo não pensa em aumentar a carga tributária atual, mas mantê-la.

Hélio Costa lembra que estados e municípios precisam de atenção

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) fez um apelo ao ministro da Fazenda para que a reforma tributária destine uma parcela maior no bolo tributário aos municípios. Ele classificou a distribuição atual – 60% para a União, 25% para os estados e 15% para os municípios – como injusta.

O senador também sugeriu que seja renegociada a dívida dos estados que assumiram responsabilidades há cinco anos, quando da rolagem das dívidas estaduais, que hoje não podem cumprir. Hélio Costa disse que não se pode admitir que o comprometimento



Hélio Costa

dos estados seja de 13% da sua receita líquida para o pagamento da dívida.

Palocci considerou justas as preocupações e esclareceu que não é possível dizer hoje que os recursos de um município serão transferidos para outro, mas que a idéia é fortalecer os instrumentos municipais de melhoria tributária. Quanto aos estados, disse Palocci, a proposta é que não se mude a carga de cada um, mas que se altere os instrumentos, manifestando convicção de que a transformação do ICMS em IVA trará mais receitas.

DEBATE NO SENADO

Virgílio indaga o que mudou na economia

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) perguntou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, "o que mudou mesmo" na política econômica. Ele também indagou se haverá taxação de grandes fortunas e de inativos e revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O senador ainda perguntou se o aumento na taxa de juros causou mais crise e quis saber a opinião do ministro sobre a proposta de mandato para o presidente e diretoria



Arthur Virgílio

do Banco Central. Indagou também se o governo vai manter ou reduzir a carga tributária.

Palocci disse que o governo já fez mudanças na política econômica, tendo optado por não aumentar a carga tributária.

— Temos muitos impostos de má qualidade e mal colocados no sistema econômico. A sociedade tem dito para todos nós que a carga chegou ao limite. A sociedade já entendeu que precisa mais da reforma tributária do que o Estado —

Suplicy sugere inclusão da renda mínima na proposta do governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou três questões ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, durante o debate realizado ontem: a possibilidade de inclusão do princípio da renda mínima na reforma tributária em elaboração pelo governo; o montante das perdas que os estados industrializados terão com a arrecadação do novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), caso o imposto venha a ser cobrado nos estados consumidores dos produtos; e o alcance da vulnerabilidade externa do Brasil, em razão da guerra do Iraque.

Palocci disse que é favorável ao princípio do Imposto de Renda negativo, um complemento salarial



Eduardo Suplicy

para quem não tem rendimentos suficientes para se manter, mas que a ideia da renda mínima, ou renda básica da cidadania, não depende só dele. Recordou ter implantado o projeto em Ribeirão Preto, quando em prefeito.

Conforme o ministro, o Brasil apresentou o melhor quadro financeiro do pré-guerra em todo o mundo. Sobre o ICMS, Suplicy lembrou que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, disse que o estado poderá perder de R\$ 4,5 a R\$ 5 bilhões. O ministro da Fazenda respondeu que será possível fazer uma reforma de maneira que nenhum estado tenha perdas significativas e que nenhum também tenha ganhos excessivos.

Ministro diz a Lúcia Vânia que ISS deve continuar nos municípios

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) perguntou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, como será feita a unificação do ICMS e se ainda está prevista a anexação do Imposto sobre Serviços (ISS) na criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O ministro afirmou que pretende fazer a unificação sem a incorporação do ISS, deixando o imposto no nível dos municípios. Segundo Palocci, a ideia é, após o período de unificação, deixar para a lei complementar qualquer mudança na aplicação do imposto



Lúcia Vânia

que seja acordada pelos governos estaduais.

— Não queremos condicionar a unificação do ICMS à redefinição da taxação na origem ou no destino. Imaginamos que seria melhor separar em dois momentos: a unificação e a aplicação. O governo federal não ganhará nenhum centavo com a unificação, mas o Brasil ganhará muito. O IVA pode produzir um imposto melhor para os estados. Queremos acompanhar um procedimento que, ao longo dos anos, possibilite a implantação do IVA — concluiu.

afirmou.

O ministro garantiu que o governo brasileiro cumprirá o acordo firmado com o FMI pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Temos uma relação de respeito com o FMI e vamos honrar o contrato, mas deixamos bem claro que as políticas econômicas visando ao futuro serão decididas pelo governo e pelo Congresso brasileiros. Isso é melhor para o Brasil e é melhor para o FMI também. Não precisamos e não queremos que uma necessidade macroeconômica nos seja cobrada por outro — concluiu.

Valadares defende esforço político para aprovar mudanças

As dificuldades impostas pelos interesses conflitantes de estados e municípios não podem justificar a não aprovação da reforma tributária, avaliou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), durante o debate com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O senador ressaltou que deve haver uma "engenharia política" que refreie os impulsos dos que não querem alterar o sistema tributário.

— A reforma tributária é necessária para recompor o sistema e conformá-lo com o pensamento moderno de Estado. Um dos fatores que explicam a má distribuição de renda no país é o papel do setor público, que na área fiscal é de concentrador de renda — afirmou.

Valadares defendeu mudanças nos impostos indiretos, principalmente os que incidem sobre o consumo, penalizando os mais pobres. A reforma tributária é urgente, na avaliação do senador, dada a conjuntura econômica do país. "Temos uma herança desastrosa, que está sendo administrada com muita competência", frisou, citando dados do desempenho da economia no governo Fernando Henrique Cardoso.

— O governo tem que reencontrar o caminho do crescimento, gerando emprego e renda e combatendo a fome — salientou.



Antonio Carlos Valadares

Efraim questiona aumento da CPMF, Palocci fala em alíquota simbólica

O senador Efraim Morais (PFL-PB) indagou a posição de Palocci a respeito da possibilidade de aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), defendida pelo deputado federal Virgílio Guimarães (PT-MG), futuro relator da matéria na Câmara. O senador informou que Guimarães estaria defendendo o aumento da taxação de 0,38% para 0,50%. O argumento para isso seria compen-



Efraim Morais

sar perdas de alguns estados com o deslocamento da taxação do ICMS da origem para o destino da mercadoria.

Em resposta, Palocci confirmou a intenção do governo de promover a redução da alíquota da CPMF a um valor simbólico, para controle fiscal.

— Acho que a contribuição não deve ser aumentada, mas, como relator da matéria, o deputado Virgílio Guimarães terá autonomia para fazer seu relatório — declarou.

Luiz Otávio pede posição do governo sobre Refis para pessoas físicas

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) quis saber do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, qual sua posição sobre o projeto que apresentou ao Senado para instituir o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para pessoas físicas. Ele explicou que apenas apresentou a proposta, feita "por pessoas que vivem essa dificuldade", e que a forma da matéria foi dada pela Consultoria do Senado.

O ministro respondeu já ter ori-



Luiz Otávio

entado sua equipe para estudar o projeto. Convidou o senador para visitá-lo no ministério, para conversarem a respeito.

Luiz Otávio também indagou sobre o projeto que instituiu o Fundo de Compensação das

Exportações, beneficiando estados como o Pará, superavitários em sua balança comercial com o exterior. O ministro respondeu que tem dialogado sobre isso com o governador paraense, Simão Jatene.

Reforma deve acabar com desigualdades, diz Motta

No debate com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o senador João Batista Motta (PPS-ES) defendeu uma reforma tributária inteligente e que use a ciência e a tecnologia, com o objetivo de acabar com as desigualdades sociais e regionais.

Segundo o senador, o sistema tributário precisa se modernizar para simplificar a arrecadação. Ele alertou que, se a reforma não for competente, o povo vai se sentir



João Batista Motta

frustrado. Motta indagou também se o projeto da reforma tributária brasileira estará em consonância com as mudanças realizadas por outros países.

O ministro concordou que a ideia da reforma tributária é simplificar a vida dos estados. Esclareceu que a proposta não conseguiu transpor modelos de outros países, embora em muitos deles o sistema tributário seja excelente, porque as realidades são diferentes.

Sarney: Senado obteve subsídios importantes para discutir o assunto

Durou cinco horas a sessão em que o Senado ouviu a exposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o projeto de reforma tributária que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva enviará ao Congresso.

Ao agradecer a presença do ministro, o presidente do Senado, José Sarney, disse acreditar que ele contribuiu para a compreensão da questão, tendo oferecido subsídios para que o Legislativo possa debater tão importante assunto.

Interlegis lança portal que auxilia câmaras municipais

Já pode ser acessado o Portal de Desenvolvimento Colaborativo do Interlegis (Colab), no qual os interessados poderão obter informações sobre os sistemas aplicativos desenvolvidos pela Comunidade Interlegis, programa do Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visa modernizar o Poder Legislativo em todo o país. O Portal Interlegis promove cursos, videoconferências e traz notícias variadas sobre o Legislativo publicadas na mídia, leis federais e municipais, atingindo a média de 91 mil acessos por mês.

O novo portal favorecerá o desenvolvimento de *sites* e informatização das câmaras municipais brasileiras e dos servidores das áreas tecnológicas. Para fazer o Colab, a equipe do Interlegis se baseou num programa já existente na rede e permitiu aos usuários cadastrados a participação no *software*, por meio de inclusão de informações sobre os sistemas desenvolvidos nas prefeituras e assembleias e sugestões.

As principais ferramentas oferecidas pela nova página são: aplicativo, para criar pastas e da-



dos; coletor, para gerenciar a resolução de problemas encontrados nos sistemas e registrar ocorrências e acompanhamento das soluções; fóruns de discussão, para manutenção de áreas próprias à discussão dos sistemas; *weblog*, para fazer registro pessoal do tipo diário, acompanhar e trocar experiências sobre o uso dos aplicativos; e *wiki*, para a manutenção e estruturação coletiva de documentos.

Além das ferramentas listadas, a página também pode servir aos internautas interessados em obter informações sobre os aplicativos desenvolvidos pela comunidade Interlegis ou até baixar os arquivos de instalação desses programas.

<http://www.interlegis.gov.br>

Delcídio lamenta morte de jornalista de MS

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) lamentou a morte do diretor-presidente do grupo *Correio do Estado*, em Mato Grosso do Sul, o jornalista e professor José Barbosa Rodrigues, falecido na quarta-feira, dia 19, aos 86 anos. Ele afirmou que a morte de José Barbosa abalou amigos e companheiros de trabalho do jornalista e "tocou profundamente a todos".

Delcídio ressaltou que José Barbosa sempre perseguiu a verdade, sem olhar interesses pessoais ou políticos, e que ergueu um verdadeiro império em termos regionais.

— Quem se der ao trabalho de se debruçar sobre a história de vida de José Barbosa Rodrigues descobrirá a singularidade de uma existência construída a partir da determinação de superar as dificuldades do dia-a-dia — frisou.

O senador Delcídio lembrou que José Barbosa começou a tra-



Delcídio Amaral disse que o jornalista José Barbosa "sempre perseguiu a verdade"

balhar na imprensa no *Jornal do Comércio*, ao lado de profissionais como Severino de Queiroz, Dalton Santiago e Belisário Lima. Ao mesmo tempo, começou a publicar os seus artigos, sendo convidado, dois anos depois, para o cargo de redator-chefe do jornal pelo diretor Jaime de Vasconcelos.

Jereissati vai presidir a subcomissão de segurança

Senadores terão 60 dias para elaborar conjunto de medidas que ajude a proteger a sociedade brasileira da violência e do crime

A Subcomissão de Segurança Pública elegeu ontem, por unanimidade, Tasso Jereissati (PSDB-CE) para presidi-la. O senador afirmou que a subcomissão deverá elaborar, no prazo de 60 dias, medidas concretas capazes de dar uma resposta ao clamor da sociedade brasileira contra o crime organizado e a violência. Jereissati escolheu o senador Demostenes Torres (PFL-GO) para relator e propôs uma pauta para os trabalhos do colegiado, que se reunirá às quintas-feiras, às 9h.

A primeira autoridade a ser ouvida será o atual secretário Nacional de Segurança Pública, Luís Eduardo Soares. Ele deverá debater com os senadores os planos do governo nessa área. A pauta aprovada pelos parlamentares



Márcia Kalume

Jereissati (E), eleito presidente, anunciou que subcomissão se reunirá às quintas-feiras

também inclui o aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente; a reformulação do sistema penitenciário e a integração operacional das polícias civil e militar, além de medidas preventivas contra a violência.

Demostenes Torres, ex-secretário de Justiça de Goiás, defendeu a adoção de horário integral na es-

cola, como medida capaz de romper a atual dinâmica do crime. Pedro Simon (PMDB-RS), vice-presidente, entregou dois volumes com todos os projetos sobre violência urbana que tramitam no Congresso. Também participaram da reunião os senadores Magno Malta (PL-ES), Paulo Souto (PFL-BA) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Alagoas protesta contra presença de Beira-Mar

A bancada de Alagoas no Senado divulgou nota condenando a transferência do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, para um presídio no estado. Os senadores temem que "a presença do criminoso em Alagoas permita que um dos braços do crime organizado estenda suas ramifica-



Renan Calheiros (foto), Teotônio Filho e Heloísa Helena assinam a nota

Rosevelt Pinheiro

ções por Alagoas". Na nota, os senadores Renan Calheiros (PMDB), Teotônio Vilela Filho (PSDB) e Heloísa Helena (PT) argumentam que transferir um dos mentores da escola do crime organizado não resolve o problema da criminalidade no país, nem deixa a população mais tranqüila. "Pelo

contrário, contribui para a imagem de que o poder público federal não sabe o que fazer com Beira-Mar, nem tem como controlar os integrantes dessas organizações criminosas", diz a nota, que pede ainda que o presidente Lula da Silva e o governador Ronaldo Lessa reconsiderem imediatamente a decisão.

Beira-Mar deve ficar em Alagoas por 40 dias e, posteriormente, será transferido para um presídio federal do Piauí.

Gramado sedia encontro de parlamentares

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), reuniu-se ontem com o deputado Júlio Redecker (PPB-RS) para discutir detalhes do próximo Encontro Interamericano de Parlamentares. Paim e Redecker são os responsáveis pela organização e logística do evento, que deve reunir 80 parlamentares de diversos países da América em Gramado (RS), entre os dias 24 e 26 de maio.

Segundo o deputado, a reunião tratará de temas como governo, exclusão, fome, violência, discriminação, transparência e responsabilidade dos governos. Os participantes pretendem encontrar um caminho comum e de qualidade para os povos do continente, disse Redecker.

A discussão sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderá ser travada com os congressistas norte-americanos, responsáveis pela definição da política de comércio exterior no país. Para Paulo Paim, a discussão de meios para diminuir as barreiras comerciais entre as nações americanas é fundamental para o povo brasileiro, já que um aumento nas exportações permitirá maior geração de empregos no país. Além disso, acrescentou o senador, a troca de experiências entre os legisladores será uma oportunidade de o Brasil avançar no



Paim: reunião será uma boa chance para debater a Alca

Jaime de Araújo

combate à miséria e às discriminações.

O encontro é uma iniciativa da ONG norte-americana Diálogo Interamericano, que tem como co-presidente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Serão convidados o presidente Lula da Silva, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, José Sarney e João Paulo Cunha, e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) e alguns deputados federais devem participar do evento.

Conselho de Ética ouvirá jornalistas sobre grampo

Os autores das reportagens da revista *IstoÉ* que denunciaram as escutas telefônicas clandestinas na Bahia devem depor na próxima semana. Requerimento do relator provoca longo debate e é aprovado por nove votos a cinco

Os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, autores das reportagens da revista *IstoÉ* que denunciaram as escutas telefônicas clandestinas realizadas na Bahia, deverão depor na semana que vem aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. O pedido do relator, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), foi aprovado por nove votos a cinco e provocou longo debate na reunião de ontem. Parte dos integrantes do conselho defendeu que os jornalistas depusessem antes à Polícia Federal (PF).

Antes da decisão, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou requerimento definindo que o conselho só poderia convocar outros depoimentos após o encerramento do inquérito da PF. Ele foi apoiado pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Demostenes Torres (PFL-GO), Paulo Octávio (PFL-DF), César Borges (PFL-BA), João Alberto Souza



Heloísa Helena (C) e outros senadores defenderam que o conselho tem autonomia e autoridade para solicitar os depoimentos que quiser

(PMDB-MA) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

Já os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Heloísa Helena (PT-AL) e Sibá Machado (PT-AC) sustentaram que o conselho tem autonomia e autoridade para solicitar os depoimentos que considerar adequados.

Em seu requerimento inicial, o senador Mesquita Júnior solicitava que também o deputado federal

Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e o ex-assessor da Secretaria de Segurança Pública da Bahia Alan Souza de Farias fossem convidados pelo conselho. O primeiro por ter sido uma das pessoas "grampeadas" e o segundo por ter sido indiciado pela PF como um dos executores das escutas. O relator desistiu de convidar os dois, acatando sugestão do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que ponderou ser mais proveitoso para o colegiado ouvir quem ainda não depôs no inquérito da Polícia Federal.

Advogado de ACM não poderá inquirir depoentes

Os senadores do Conselho de Ética decidiram ontem, após votação, que o advogado do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Gerardo Grossi, não poderá fazer perguntas aos depoentes, na atual fase da sindicância, mas apenas acompanhar as exposições. Antonio Carlos Magalhães não esteve presente à reunião.

O presidente do conselho, Juvenício da Fonseca (PMDB-MS), argumentou que a permissão para o advogado participar nas inquirições de depoentes já foi assegurada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), além de direito previsto pela Constituição e pelo Estatuto da OAB. Demostenes Torres e o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) defenderam posição semelhante.

A senadora Heloísa Helena, apoiada por Pedro Simon, Jefferson Péres e Sibá Machado, alegou que o conselho está apenas em um procedimento preliminar de apuração.



Delegado Gesival disse ontem ao conselho ainda não estar seguro sobre o mentor dos grampos

O delegado Gesival Gomes de Souza, responsável pela direção do inquérito da Polícia Federal que apura a instalação clandestina de escutas telefônicas na Bahia, afirmou ontem aos membros do Conselho de Ética que ainda não tem convicção formada sobre o mandante original da ordem para a realização dos grampos. Ele disse que deverá obter resposta conclusiva sobre o nome do mandante ao final das apurações e dos testemunhos das pessoas envolvidas no caso.

— Ainda não cheguei a uma conclusão sobre isso e, se chegar, será ao final do inquérito — declarou o senador, em resposta a indagações dos senadores Tião Viana (PT-AC), Marcelo Crivela (PL-RJ) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), relator da sindicância que está sendo feita pelo conselho para averiguar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com o caso das escutas.

Ao senador Jefferson Péres (PDT-AM) o delegado disse não poder informar, com certeza, a motivação para a realização dos

grampos mas que, na atual fase do inquérito policial, já é possível se afirmar, com segurança, que as escutas foram feitas de forma fraudulenta e contaram com a participação de pessoas da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, de funcionários da telefônica TIM Maxitel e da empresa Consults, de Vitória da Conquista (BA).

Segundo Gesival, a juíza Teresa Cristina Navarro Ribeiro, da comarca de Itapetinga (BA), deveria ter anexado a justificativa para a realização das escutas às ordens expedidas e proceder às transcrições das fitas a cada 15 dias, e solicitar o acompanhamento do processo pela Secretaria de Segurança Pública do estado.

Relator e delegado pretendem concluir relatórios em abril

O senador Geraldo Mesquita Júnior, relator da sindicância que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar realiza para apurar suposta participação do senador Antonio Carlos Magalhães no caso de instalação de escutas clandestinas na

Bahia, deve apresentar seu relatório no dia 28 de abril. Essa também é a época provável para a conclusão das apurações a cargo do delegado responsável pelo inquérito sobre o caso na Polícia Federal, Gesival Gomes de Souza. O relator e o delegado anunciaram o intuito na reunião do conselho de ontem.

Gesival disse que tem como data-limite o dia 9 de maio, mas, em resposta ao relator, afirmou ser possível concluir a apuração já no final do mês de abril, embora ainda tenha que ouvir 22 pessoas.



Relator Mesquita Júnior: conclusão até o dia 28 de abril

A escuta telefônica iniciou-se em 5 de novembro de 2001, tendo como origem um caso de seqüestro na cidade de Itapetinga (BA), e estendeu-se até o dia 2 de setembro de 2002. Foram interceptadas ligações de 232 nú-

meros telefônicos, mas algumas das pessoas vitimadas têm mais de um número. Entre os "grampeados", já depuseram o casal Plácido e Adriana Farias — apontada como antigo relacionamento amoroso do senador Antonio Carlos Magalhães —, os deputados Geddel Vieira Lima e Nelson Pellegrino (PT-BA) e o ex-deputado Benito Gama. Entre os responsáveis pelos grampos, já foram ouvidos a juíza Teresa Cristina Navarro Ribeiro, Charles Mota, Alan Farias e Waldir Barbosa, entre outros.

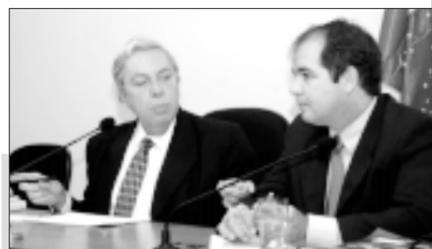
Senadores debatem planos do BNDES com Carlos Lessa

Em reunião convocada pelo líder do PT, senador Tião Viana (AC), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, apresentou ontem os planos da instituição para os próximos anos. De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP),

os projetos apontam para uma nova estratégia do banco.

Suplicy narrou que Lessa, "por ser um dos maiores economistas brasileiros", com experiência no próprio BNDES, tem visão clara do que é necessário para que a instituição atinja sua finalidade, ou seja, "transformar-se em um banco de financiamento de oportunidades de desenvolvimento de setores da economia". Assim, o senador do PT disse que a instituição, sob o comando de Lessa, deve se orientar também para o financiamento de projetos de micro, pequenas e médias empresas.

Carlos Lessa fez breve avaliação sobre setores da economia, como a indústria naval, que precisa se desenvolver para reverter o déficit na balança de pagamentos no que diz respeito aos fretes e outros serviços de transporte. Outras áreas analisadas por Lessa, informou Suplicy, foram a modernização do transporte público nas grandes regiões metropolitanas e a situação delicada das empresas aéreas brasileiras.



Tião Viana (D) e o presidente do BNDES: projetos para os próximos anos